

Gogó e microfone

O tema das reuniões do núcleo político e econômico do presidente está a revelar que o crescimento da produção, com foco na geração de empregos, é a preocupação central do governo neste início de ano, tudo o mais se subordinando a este eixo de prioridade, até mesmo a sofrida reforma ministerial. A sensação que cerca os homens chaves de Lula é de estarem num aquário, sob observação cerrada de toda a sociedade, embora as pesquisas de opinião indiquem a elevada estima do presidente e uma grande tolerância social com a demora do governo em produzir resultados.

Pesquisas de opinião são traiçoeiras como cobras. Indicam tendências de comportamento, mas são sujeitas a interpretações subjetivas e nelas não se pode fiar em demasia. Se até aqui se aceitou a contragosto a parada da economia como prescrição amarga, porém necessária, para desfibrar as causas da inflação e consolidar a reversão forçada da produção em favor do mercado externo, será decrescente daqui em diante a indulgência social com as seqüelas desta política, dramáticas para o emprego e renda do trabalhador.

Analistas sociais a serviço de agências de publicidade, por exemplo, captam indícios de enfado de parcelas da sociedade, sobretudo dos extratos de renda média e alta, com a excessiva exposição de Lula na mídia, sugerindo tocar um governo mais com gogó e microfone que com ações fortes e firmes para aquecer, sem sofismas, o mercado interno. E há motivos para desconfiar de que se pode estar diante daquele quadro imortalizado nos anos 70 pelo general-presidente Emílio Médici, quando constatou que "a economia vai bem mas o povo vai mal".

Agrada aos detentores da dívida externa saber que se formou um consenso de que o saldo da balança comercial projetado para este ano ficará apenas um pouco abaixo do recorde cravado em 2003, de US\$ 24,8 bilhões, variando de US\$ 19,2 bilhões (estimativa do boletim Focus, do Banco Central) a US\$ 23,7 bilhões, segundo prevê a AEB, da associação dos exportadores.

Quanto maior o saldo positivo comercial, porém, menor será o ímpeto do mercado doméstico, já que, nas condições de oferta e procura da economia nacional, poucos setores, fora a agricultura, conseguem atender as duas demandas. Vide o setor siderúrgico, grande exportador: bastou a pequena reativação da procura por carros e linha branca no mercado interno, para que já tivesse de reduzir parte de sua produção física exportada.

Se há consenso de que será mantida a política de mega superávits externos, também o há, por consequência, de que a política monetária, em termos reais, será apenas ligeiramente afrouxada, incapaz, por isso, de provocar uma forte desaceleração do desemprego e recomposição do poder aquisitivo. Ambos efeitos vão acontecer, até em resposta ao aumento do PIB, que dificilmente será inferior a 4%, contra a previsão oficial de 3,5%.

A essa taxa de crescimento, porém, o emprego não reagirá com expressão, até por vir sendo comprimido nas últimas três décadas por fatores estruturais, como o aumento de produtividade nas empresas, diminuição do Estado como agente criador de vagas e expressiva expansão das políticas compensatórias de renda. Que,

de um lado, emagreceram as verbas orçamentárias para investimentos — também diminuídas pelo pagamento dos juros da dívida pública —, e, de outro, fizeram aumentar o menor salário que o trabalhador está disposto a receber para aceitar uma oferta de emprego. O que contribui para aumentar ou manter alta a taxa de desemprego.

Lula põe Ciro na roda

Pelas entrevistas do primeiro escalão do governo e os projetos em gestação, não se tem certeza de que este quadro esteja totalmente assimilado. A reunião do presidente com dez de seus ministros para discutir medidas que garantam a criação de empregos é sintomática dessa percepção. Revela preocupação com o fantasma do desemprego e suas implicações no quadro político e eleitoral — em 3 de outubro haverá eleições municipais. Mas também denota certo nervosismo com os fins do convencionalismo econômico, sugerindo alguma propensão a ações diretas, desconectadas do panorama macroeconômico.

É possível que o presidente acabe passando aos mercados a ideia de que estaria disposto a ampliar seu círculo de interlocução para assuntos de economia, como alguns analistas interpretaram a presença, entre outros, do ministro da Integração Regional, Ciro Gomes, na reunião em que se tratou de medidas para ampliar o emprego e a agenda econômica de 2004. Ciro é dos mais reservados ministros do governo Lula, evitando causar qualquer desconforto político, mas é conhecida sua discordância com o gradualismo do Banco Central e a ênfase fiscal da Fazenda.

Circunstâncias do poder

Não há dúvida de que o ministro Antonio Palocci está prestigiado e que não há, à vista, qualquer predisposição do presidente em patrocinar alternativas à gestão convencional da economia.

A base parlamentar que dá sustentação ao governo, além disso, é majoritariamente de partidos de centro-direita, que hoje estão com Lula, porque o presidente cativa o eleitorado, mas estarão contra ele ao menor sinal de mudança das tendências de opinião.

Estão aí os limites da política econômica. Estreitos, a ponto de impedir a redenção da emprego e da renda já este ano, mas largos suficientemente para que o governo possa minorar tais problemas, se evitar a tentação do caminho falsamente fácil do populismo.